



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
ASSESSORIA CLIC

Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Manutenção Preditiva, Preventiva e Corretiva das Salas Cofres.

Assunto: pedido de impugnação. Decisão.

1. Cuidam os autos do PE 90003/2026 para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva das salas cofres do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA e do Instituto Nacional de Meteorologia INMET, em Brasília - DF, cujo edital do certame foi publicado com previsão de abertura da sessão para as 10h do dia 10/04/2026.
2. O instrumento convocatório dispõe que
 - 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
 - 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
3. O inciso [LX do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021^{\[1\]}](#) apresenta o conceito de agente de contratação destacando que é parte de suas atribuições **executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação**.
4. O [art. 14 do Decreto nº 11.246/2022^{\[2\]}](#) e o [art. 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022^{\[3\]}](#) trazem o rol de atuação do agente de contratação, destacando-se a condução e coordenação da sessão pública da licitação, incluindo receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e **requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos**, caso necessário.
5. Considerando o teor do pedido de Impugnação 3 (SEI nº 51691710) e da manifesta incipiência deste pregoeiro quanto aos aspectos técnicos, requisitei subsídios formais aos responsáveis da área técnica pela elaboração do Edital e seus Anexos para encaminhar a resposta solicitada pelo interessado (SEI nº 51691715).
6. Em resposta, a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) manifestou-se nos seguintes termos, conforme se verifica no Despacho 47 - resposta à impugnação 3 ROCHA (SEI nº 51738030):

Despacho 47 - resposta à impugnação 3 ROCHA (SEI nº 51738030)

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa Rocha Bressan Energia e Tecnologia Ltda., no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90003/2026, na qual se alega, em síntese, a ausência de disponibilização de documentação detalhada acerca do estado

atual, histórico de manutenção e conformidade das salas-cofre objeto da contratação, o que, segundo a impugnante, comprometeria a formulação das propostas e violaria princípios da Lei nº 14.133/2021.

A impugnação é tempestiva e deve ser conhecida. Passa-se à análise de mérito.

1. Da alegada ausência de documentação de conformidade

Não procede a alegação de vício processual por ausência de documentação detalhada.

O edital e o Termo de Referência apresentam informações suficientes para caracterização do objeto, definição das obrigações contratuais e elaboração das propostas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Destaca-se que, em contratações dessa natureza, a Administração não está obrigada a disponibilizar integralmente históricos operacionais detalhados, inventários completos de não conformidades ou relatórios técnicos exaustivos, desde que forneça elementos suficientes à compreensão do objeto — o que foi devidamente observado no presente certame.

2. Da suficiência das informações para elaboração de proposta

As informações disponibilizadas são compatíveis com o nível de detalhamento exigido para a contratação.

A natureza do objeto — manutenção preditiva, preventiva e corretiva — pressupõe atuação sobre ambientes dinâmicos, sujeitos a variações operacionais ao longo do tempo.

Nesse contexto, é inerente ao tipo de contratação que as licitantes possuam capacidade técnica para:

- diagnosticar condições dos ambientes;
- avaliar riscos operacionais;
- planejar intervenções técnicas adequadas.

Não há, portanto, obrigação da Administração de eliminar toda incerteza inerente ao objeto, sob pena de inviabilizar a própria dinâmica contratual típica de serviços de manutenção.

3. Da inexistência de violação aos princípios da transparência, boa-fé e isonomia

Não há violação aos princípios da transparência, publicidade, boa-fé ou isonomia.

Todas as informações constantes do edital foram disponibilizadas de forma uniforme a todos os interessados, não havendo acesso privilegiado a qualquer licitante.

Adicionalmente, a alegação de que empresas com conhecimento prévio teriam vantagem não se sustenta, uma vez que o edital prevê mecanismos que asseguram a igualdade de condições entre os participantes.

4. Da vistoria técnica como mecanismo de equalização de informações

O edital prevê expressamente a possibilidade de realização de vistoria técnica, a qual constitui instrumento adequado para que os licitantes obtenham informações detalhadas acerca das condições dos ambientes.

Ressalta-se que:

- a vistoria esteve disponível a todos os interessados;
- diversas empresas já realizaram vistoria nos ambientes;
- não houve restrição de acesso às instalações.

Dessa forma, eventuais informações complementares sobre estado físico, operação ou manutenção puderam ser obtidas diretamente pelos licitantes, assegurando a isonomia e a transparência do certame.

5. Da não obrigatoriedade de divulgação dos documentos solicitados

Quanto aos itens específicos solicitados pela impugnante (parecer técnico de conformidade, histórico detalhado de manutenção, lista de não conformidades, certificações, entre outros), esclarece-se que:

- tais documentos não constituem requisito legal obrigatório para instrução do edital;
- sua ausência não compromete a definição do objeto;
- sua exigência extrapola o necessário à caracterização da contratação.

A Lei nº 14.133/2021 exige a disponibilização de informações suficientes, e não exaustivas, sobre o objeto.

A exigência de divulgação integral dos elementos pretendidos poderia, inclusive:

- gerar interpretação equivocada sobre responsabilidades contratuais;
- transferir indevidamente riscos operacionais à Administração;
- comprometer a competitividade por excesso de detalhamento técnico.

6. Da natureza da alocação de riscos no contrato

A alegação de transferência indevida de responsabilidade não procede.

A contratação de serviços de manutenção pressupõe, por sua natureza, que a contratada atue sobre ambientes existentes, assumindo responsabilidade técnica sobre sua operação e manutenção futura.

Isso não configura transferência de responsabilidade por fatos pretéritos, mas sim:

- exercício regular da atividade contratada;
- característica inerente a contratos de manutenção;

- prática consolidada na Administração Pública

7. Da inaplicabilidade dos precedentes citados

O Acórdão 1937/2024 do TCU, citado pela impugnante, trata da necessidade de fornecimento de informações suficientes à elaboração de propostas.

No presente caso, tal requisito foi plenamente atendido.

Não há, no referido precedente, exigência de disponibilização integral de histórico técnico detalhado ou de documentos nos níveis pretendidos pela impugnante.

8. Da adequação da modelagem adotada

A modelagem adotada pela Administração:

- está alinhada às práticas usuais de contratação de serviços de manutenção;
- assegura competitividade;
- permite adequada formulação de propostas;
- preserva o interesse público.

A exigência de documentação adicional, nos moldes propostos pela impugnante, não se mostra necessária nem proporcional.

9. Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que:

- não há omissão de informações essenciais no edital;
- as condições estabelecidas são suficientes para elaboração de propostas;
- não há violação aos princípios da transparência, isonomia ou boa-fé;
- a vistoria técnica assegura acesso a informações complementares;
- a exigência de documentação adicional não encontra amparo legal.

10. Decisão

Ante o exposto, **conhece-se da impugnação, por ser tempestiva, e, no mérito, nega-se provimento**, mantendo-se integralmente as disposições do edital.

Encaminhe-se à área de licitações para ciência e divulgação aos interessados.

7. O art. 14 do DECRETO Nº 12.642, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025 - estrutura MAPA dispõe que:

Art. 14. À Subsecretaria de Tecnologia da Informação compete:

I - implementar a estratégia de transformação digital no âmbito do Ministério, em conformidade com as orientações do órgão central do Sisp;

II - atuar como o órgão setorial do Sisp, orientar as unidades do Ministério quanto aos atos normativos estabelecidos pelo referido Sistema e articular a comunicação com o órgão responsável por sua coordenação central;

III - **elaborar o planejamento e exercer a governança central das soluções tecnológicas aplicadas no Ministério para a otimização de recursos, investimentos, padrão de desenvolvimento, sustentação, segurança da informação e gestão de dados integrada;**
(...)

8. Em face do exposto e considerando que a EPC possui a *expertise* do objeto da pretensa contratação, considerando que à **Subsecretaria de Tecnologia da Informação** tem a competência regimental de planejamento e governança das soluções tecnológicas aplicadas ao MAPA, **ACOLHO** a manifestação da EPC contida no **Despacho 47 - resposta à impugnação 3 ROCHA (SEI nº 51738030)** e, no mérito, **INDEFIRO** o pedido de Impugnação 3 (SEI nº 51691710).

EDSON MARQUES FILHO

Agente de Contratação/Pregoeiro

[Portaria SPOA/MAPA nº 1.070/2026](#)

[1] LX - agente de contratação: pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

[2] Art. 14. Caberá ao agente de contratação, em especial:

[...]

III - conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;

[3] Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.



Documento assinado eletronicamente por **EDSON MARQUES FILHO, Pregoeiro(a)**, em 09/04/2026, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **51770347** e o código CRC **98F8AEF1**.

Referência: Processo nº 21000.028664/2023-16

SEI nº 51770347